

Acta N.º 27

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizada no dia 22 de Junho de 2009

Aos 22 dias do mês de Junho de 2009 reuniu em sessão ordinária, no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça, a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber : Vera Lúcia Pedro Santos Noronha, Joaquim Augusto Palhoto Pais de Azevedo, Maria de Fátima Rodrigues, José Miguel Neves Teixeira Carvalho, Carla Margarida Raposo, Vitória Maria Lopes de Brito, João Manuel de Jesus Brito, Inês da Nóbrega D'Aguiar, Fernando Manuel Neves Ramalho, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Francisco Sá Pereira, António José Tavares Pais, Elisabete Maria Fragoso Santos, Maria América Alcobio Cravo, João Vasco Rodrigues Peixinho e José João Marques Pais. Estiveram ainda presentes os Vereadores Mário Pereira, Mário Peixinho e a Senhora Presidente da Câmara Vanda Nunes.

A Presidente da Assembleia deu início à sessão colocando para discussão e votação as Actas N.º 25 e 26 desta mesma Assembleia.

A Acta N.º 25 foi aprovada por maioria com 2 abstenções.

A Acta N.º 26 foi aprovada por maioria com 3 abstenções.

Período Antes da Ordem do Dia

A Presidente da Mesa deu conhecimento à Assembleia da ida de 3 jovens a Champigny Sur Marne, França, no âmbito da geminação que o Concelho de Alpiarça promove com o congénere francês, apresentando um pequeno resumo da semana que os jovens passaram em Champigny. A Assembleia foi ainda informada de que a candidatura organizada pela Comissão de Geminação que permitirá a recepção de uma delegação de Champigny aquando das

Comemorações do 5 de Outubro já foi enviada e deverá ter resposta em Setembro.

Posto o que a Presidente convidou a Assembleia a cumprir um minuto de silêncio em homenagem ao membro da mesma Assembleia recentemente falecido, o membro Álvaro Brasileiro, por quem todos nutriam o maior respeito. Em seguida foi lido um voto de pesar pela Bancada da CDU.

Dada a especificidade da questão e tendo em conta todo o percurso do membro Álvaro Brasileiro, a Presidente da Mesa entendeu por bem, e ao contrário do que geralmente sucede nestas circunstâncias, que não fosse a Mesa a apresentar o voto de pesar, mas a Bancada da CDU, partido ao qual sempre esteve ligado Álvaro Brasileiro.

Sobre este assunto interveio o membro Sá Pereira, que endereçou os seus sentimentos à família do falecido, aproveitando para se dirigir ao filho dizendo que este teve um pai que soube orgulhar a sua terra.

O voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

De seguida a Presidente da Mesa perguntou ao membro José Miguel Carvalho, na qualidade de representante da Comissão de Utentes do Centro de Saúde na Comissão Concelhia de Saúde, se este tinha alguma informação relativamente à situação e às actividades desenvolvidas em torno do problema da falta de médicos no Centro de Saúde.

O membro José Miguel Carvalho lembrou que as condições de acesso aos cuidados de saúde em Alpiarça estão muito limitadas. No sentido de resolver a situação, por iniciativa de um conjunto de Alpiarçenses, constituiu-se uma Comissão de Utentes do Centro de Saúde de Alpiarça que se tem reunido em sessões abertas e participativas, com o objectivo de chamar a atenção de uma forma incisiva e positiva para este problema. Outra iniciativa que visava a tomada de consciência foi a organização de uma concentração em frente do estabelecimento de saúde em causa foi também outra forma de chamar a atenção para o problema. Paralelamente, a Comissão tem-se reunido com a Dr.^a Luísa Portugal, que é a responsável pelos serviços de saúde da região e que se mostra motivada para trabalhar no sentido de satisfazer as exigências da Comissão. O membro é da opinião que esta pressão exercida por

parte da população tem sido determinante para que se encontrem soluções junto das pessoas hierarquicamente competentes. O membro informou que, devido à redução do corpo clínico, neste momento 50% da população de Alpiarça não tem médico de família, mesmo que algumas contratações a tempo parcial que permitem minorar a situação. Para além disso, há também carências ao nível do corpo de enfermagem.

Terminada esta intervenção, a Presidente da Mesa passou a palavra à Presidente da Câmara que começou por dizer que esta é uma situação delicada e de difícil resolução. Para ajudar a compreender a situação com que nos confrontamos, a Presidente referiu que a Dr. Luísa Portugal quando, numa reunião com a Comissão, lhe foi perguntado se o problema era dinheiro e esta respondeu que o problema é mesmo a falta de médicos. Informou também que houve uma reunião com autarcas sobre questões mais administrativas e sobre o funcionamento do agrupamento, sendo que, naturalmente, todos os autarcas colocaram os seus problemas. Ficou ainda combinado um novo encontro com a Dr.^a Luísa Portugal para tratar do problema da contratação de médicos para o Centro de Saúde. Em virtude disto, também foi anunciado que o Ministério vai oferecer regalias aos médicos que se desloquem para territórios que carecem de médicos. Resta ao município tentar todas as diligências para que Alpiarça seja beneficiada enquanto localidade onde os médicos possam usufruir dessas regalias.

O membro José Miguel Carvalho acrescentou ainda que o problema da falta de enfermeiros não é tão acentuado, havendo mesmo desemprego como o da falta de médicos, o que permite que o problema possa ser resolvido, possibilitando um sistema de prestação de cuidados de saúde de maior proximidade, nomeadamente com deslocações aos Lugares do Concelho.

A este propósito, interveio ainda mais uma vez a Presidente da Câmara para informar que uma das questões a tratar com a Dr.^a Luísa Portugal tem precisamente a ver com os Lugares, já que é intenção da Autarquia celebrar um protocolo com o Ministério da Saúde que permita, através do reforço do serviço de enfermagem, que o município possa apresentar uma unidade móvel de saúde, a adquirir pela Autarquia, que se deslocaria regularmente às povoações dos Lugares, prestando assim assistência às pessoas que moram mais afastadas do centro da Vila e que têm dificuldades em se deslocarem.

Interveio em seguida o membro Celestino Brasileiro que, em seu nome pessoal e da sua família, agradeceu o reconhecimento que foi feito nesta Assembleia à pessoa do seu pai. O membro julga tratar-se de uma justa homenagem, até porque o seu pai lutou muito para que hoje esta Assembleia se possa reunir democraticamente.

Posto o que se passou para o período de questões ao Executivo, com a Presidente da Mesa a tomar a iniciativa a propósito do ponto de situação acerca do ruído que os bares emitem de noite e que provoca mal-estar entre os vizinhos.

O Presidente da Junta de Freguesia, José João Marques Pais, deu conhecimento à Assembleia de que no dia 27, Sábado, decorrerá a Festa da Gouxaria, organizada pela população do Lugar, para a qual todos os membros da Assembleia, bem como os Vereadores e a Presidente da Câmara estão convidados.

Tomou a palavra o membro João de Brito que se pronunciou sobre a visita da ASAE ao recinto da escola onde se realizava o arraial de fim de ano dos alunos do Agrupamento Escolar, tendo apreendido cerveja destinada a esse evento. O membro sabe que é proibida a venda de álcool nos estabelecimentos de ensino, mas tem opinião negativa em relação a esta medida já que se trata de uma tradição escolar, a exemplo do que se passa em muitas outras escolas, e a bebida destinava-se apenas a ser consumida por adultos. Tendo pesquisado na internet sobre o assunto, o membro encontrou muitos testemunhos que garantem que a intervenção da ASAE se deveu a uma denúncia. Nesse sentido, o membro perguntou ao Executivo se tinha conhecimento deste facto e, tendo-o, qual o entendimento que faz deste problema. O membro é da opinião que a Câmara deveria fazer uma tomada de posição sobre este assunto, tanto mais que se tratava de uma iniciativa inócua que visava, acima de tudo, angariar fundos que pudessem abreviar determinadas carências que a escola possa ter.

Em relação à questão do ruído na zona dos bares, o membro fez uma citação do relatório de medição acústica feito nessa zona: "Estes valores [mencionados no relatório] ultrapassam o valor máximo permitido, constituindo uma violação ao n.º1 do art.º 13 do Decreto-lei 9/2007 de 17 de Janeiro, rectificado pelo Decreto-lei n.º18/2007 de 16 de Maio". Disto depreende o membro que existe uma ilegalidade e que como resposta a este e a outros relatórios já realizados, a Câmara tem de actuar e fazer respeitar a lei. O membro

perguntou à Presidente se esta também tomou conhecimento do referido relatório, se pensa actuar e o que pretende fazer. O membro diz não entender porque não se tomam medidas se todos os relatórios dizem que é ilegal a actuação dos bares.

Ainda sobre o assunto, a Presidente da Mesa acrescentou que lamentava que os moradores, ainda que lhes reconheça todo o direito à consternação, tenham feito chegar a sua indignação apenas a duas bancadas desta Assembleia e não o tenham feito chegar à terceira bancada e à Mesa, sendo que essa medida tem como consequências que o assunto não possa ser discutido dentro do Período da Ordem do Dia.

Posto o que a Presidente passou a palavra ao membro António José Pais, que apresentou em nome da Bancada da CDU um voto de louvor pela organização do 'Sarau de Ginástica'.

Tomou a palavra de seguida o membro Fernando Ramalho que se pronunciou sobre a visita da ASAE ao Agrupamento Escolar, tendo-se declarado a favor da intervenção da referida força, já que não é permitida a venda de bebidas alcoólicas em estabelecimentos de ensino. Até porque, entendo o membro, o país tem sido alertado para o problema do alcoolismo nas camadas jovens. O membro citou países onde se tomaram medidas muito mais radicais para resolver este problema e mesmo assim sem os resultados pretendidos. Afirmou que o problema está a tomar proporções inadmissíveis e a ser muito difícil de controlar, trazendo consequências a longo prazo. Por isso o membro estranha que se tenha levantado uma voz a indignar-se por uma entidade oficial tentar fazer cumprir a lei. Nessa medida, o membro congratula-se com a actuação da ASAE no dia do arraial escolar.

O membro passou em seguida à apresentação de um agradecimento público por parte da sua bancada que agradeceu ao Executivo Municipal o regresso do Concurso de Vinhos do Ribatejo a Alpiarça, bem como a organização da Feira do Vinho do Ribatejo.

Pediu a palavra o membro João de Brito para esclarecer, em relação à intervenção anterior, que também ele referiu o conhecimento da proibição da venda de bebidas alcoólicas em recintos escolares. O membro nunca disse que essa proibição devia ser revista. Para mais, lamenta que o membro Fernando Ramalho se tenha mostrado tão intransigente em relação à cerveja e venha

depois enaltecer a realização do da Feira do Vinho que tem o dobro do teor alcoólico da cerveja.

A Presidente interveio antes de passar a palavra ao membro Francisco Sá Pereira para alertar para o facto de a maioria dos membros terem chegado atrasados, isto depois de na sessão anterior se terem queixado do atraso da Mesa e da Bancada do PS.

O membro Francisco Sá Pereira lembrou que as bebidas alcoólicas só podem ser consumidas a partir dos 16 anos e questionou se o barulho que durou até à 1h00 da manhã incomodou alguém. Acerca do ruído dos bares, o membro Sá Pereira considerou pouco abonatória a forma como o senhor José Azevedo e sua mulher, queixosos nesta matéria, se dirigiram a esta Assembleia, assim como a forma como se expressaram no jornal "Voz de Alpiarça". O membro é da opinião de que se Alpiarça se quer tornar cativante de maneira a que as pessoas queiram viver nela, tem de criar condições para tal, e isso passa pelas condições de habitação, pelas condições de alimentação e também pela diversão. Por fim, o membro fez um apelo à sensatez e à cordialidade.

Tomou a palavra o membro Celestino Brasileiro que pretendia saber se a Câmara já envidou algumas diligências no sentido de conseguir uma nova autorização extraordinária para que a Escola do Frade de Cima possa funcionar no próximo ano lectivo. No caso de não se conseguir essa autorização extraordinária e o Centro Escolar não estiver concluído a tempo do início do próximo ano lectivo, o membro quer saber para onde vão as crianças que frequentam a referida escola.

Alertou igualmente para a situação em que se encontra a Vala de Alpiarça, no que considera fundamental actuar com a máxima urgência. Lembrou que junto da Vala existe um espaço muito convidativo para actividades lúdicas, o Parque do Carril, que serve também de mercado de fruta, e que este Verão ficará interditado devido aos maus cheiros que emanam do rio.

O membro falou também da recente implantação de um equipamento desportivo no Casalinho, o que coincidiu com uma proposta da CDU feita nesta mesma Assembleia. No entanto, o membro é da opinião que o equipamento implantado não é o mais adequado, visto tratar-se de um terreno pequeno sem infra-estruturas. A ideia da CDU seria a implantação de um polidesportivo

do género daqueles que existem no Frade de Cima e no Frade de Baixo. Adiantou ainda que construir infra-estruturas não chega, é preciso também que a Câmara tenha uma política desportiva que possa dar uso a todos os equipamentos que existem.

O membro questionou o Executivo sobre a transferência de competências na Educação, em especial relativamente ao pessoal não docente. Acredita que o assunto não devia ser discutido assim, que, pelo contrário, devia ser o próprio Executivo a trazer o assunto à Assembleia, como é, aliás, disposição da Associação Nacional de Municípios. A transferência já está quase concluída e existe com certeza algum protocolo assinado com o Ministério da Educação que não veio ainda à Assembleia.

Por último o membro não quis deixar de se expressar acerca da intervenção da ASAE no arraial da escola. Evocando a sua experiência de 10 anos enquanto membro da Associação de Pais, o membro Celestino asseverou que o problema do alcoolismo nos jovens não está dentro da escola. Para o membro, o arraial é uma das maiores festas que se realizam em Alpiarça, festa que envolve se calhar mais de um milhar de pessoas entre alunos, pais, professores e funcionários, o que torna esta festa num momento de convívio do mais sadio que pode haver. Para mais, sendo a actuação da ASAE motivada por uma denúncia anónima, e tendo em conta a posição habitual da bancada do PS relativamente a denúncias anónimas, o membro Celestino estranhou o facto de até agora nenhuma voz da bancada socialista se ter manifestado repudiando esta atitude.

Seguidamente tomou a palavra a membro Inês D'Aguiar que leu em nome da sua Bancada um Voto de Louvor ao Agrupamento de Escolas pela realização do Arraial Escolar.

Recordou o assunto da Cultura Avieira, assunto retirado da Ordem de Trabalhos na sessão anterior por falta de dados.

A Presidente da Mesa antecipou a resposta dizendo que ainda não tinha obtido resposta ao ofício que enviou.

A membro Inês retomou dizendo que estendia a questão ao Executivo.

Recuperou ainda a questão colocada na Assembleia de Fevereiro, que dizia respeito a um Edital que teria sido afixado depois do prazo ao qual se reportava. Na Assembleia de Abril o Vereador

Ferreirinha tinha-se mostrado surpreendido por a informação não ter ainda chegado à Assembleia, tendo-se comprometido em fazer chegar à membro pessoalmente a justificação para o problema surgido. Acontece que entretanto ainda não chegou.

Intervenção do membro José Miguel Carvalho, que começou por citar o Voto de Louvor lido pela sua colega de bancada que dizia que “Esta festa [o Arraial Escolar] decorreu dentro de um ambiente de maior civismo e em grande ambiente de convívio e alegria”. Segundo o membro, esta frase representa a verdade dos factos, não só para a iniciativa deste ano, mas para a dos anos anteriores. A venda de bebidas alcoólicas é feita de uma forma controlada numa festa que é uma festa popular, fora do período de exercício lectivo. Outra verdade dos factos é que perante uma festa popular, amplamente participada e realizada em ambiente de alegria surge uma força dita policial que intervém de uma forma insultuosa para as pessoas que lá estavam (o que, segundo o membro, não é excepção na forma de actuação desta força que prima muitas vezes pelo excesso de zelo). Por isso, o membro faz a separação entre o problema do alcoolismo entre os jovens, que não era o problema no caso concreto, e a actuação de carácter insultuoso desta força. Não se deve deixar passar em claro que uma denúncia anónima tenha estado na origem desta situação.

Interveio em seguida o Presidente da Junta, José João Marques Pais, que, a propósito das denúncias anónimas e a título de exemplo, relatou os acontecimentos de há cerca de um ano, quando uma carrinha da Junta que estava descarregada foi autuada por uma Brigada de Ambiente da GNR, na sequência de uma denúncia anónima que acusava a Junta de estar a efectuar uma descarga de entulho na zona do Malagueiro. Entretanto a Junta fez a sua defesa e o caso continua em tribunal.

Interveio o membro Fernando Ramalho para fazer um ponto de ordem, questionando a Assembleia sobre se algum membro teria conhecimento de facto de que teria sido uma denúncia anónima e quem é que lançou a ideia de que teria sido uma denúncia anónima.

Posto o que a Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Câmara para responder às questões levantadas.

Relativamente à questão do ruído dos bares e ao relatório referido pelo membro João de Brito, a Presidente adiantou que o

mesmo relatório foi igualmente pedido pela Câmara. O assunto é de extremamente delicado, sendo que urge encontrar um equilíbrio. A Presidente lembrou que o problema se agravou nos últimos tempos, desde que um dos bares iniciou uma programação que incluía outro tipo de animação musical, o que levou o outro bar por arrasto. Com esta agudização do problema, a Câmara tentou mediar as discussões entre bares e moradores, convidando-os a dialogar na própria Câmara. A intenção da Câmara foi sempre tentar encontrar um equilíbrio, lembrando a Presidente que a crescente frequência destes bares também tem as suas vantagens, nomeadamente a retenção dos jovens Alpiarcenses na sua terra e a visita que passou a ser frequente de jovens de outras partes da região. Houve um dos bares que se obrigou a insonorizar o seu estabelecimento, e fê-lo durante este tempo. A Presidente reconhece que para tal é necessário um grande investimento por parte dos proprietários e, nessa medida, também se soube mostrar compreensiva e condescendente. Pelo que foi informada por parte dos moradores, a Presidente afirmou que o problema não subsiste no bar 'Outra Vez Ilda', mas subsiste no bar 'O Gasómetro'.

Em face disso, e após diversas reuniões com os proprietários, em que estes se comprometeram a insonorizar, um, e outro a acabar com o barulho, a Presidente levou o assunto a Reunião de Câmara, onde ficou decidido que o horário de funcionamento dos estabelecimentos ia ser reduzido das 3h para as 2h da manhã durante um mês, para perceber qual seria a evolução do problema.

Um mês depois, a Presidente voltou a trazer o assunto a Reunião de Câmara, pedindo ao restante Executivo que apresentassem alguma proposta de solução, sem que os mesmos tivessem tomado qualquer iniciativa. Em face disso, o deliberado foi o que, em face do incumprimento reiterado por parte do bar 'O Gasómetro', se deveria pedir um parecer jurídico sobre as medidas a adoptar no presente caso. A Presidente já obteve o parecer e trouxe-o para ser discutido nesta Assembleia, já que o assunto foi aqui levantado. Pelo que a Presidente passou à leitura do documento.

Foi também informada a Assembleia de que no dia 7 de Junho, pela 1h30 da manhã, um fiscal da Câmara se deslocou à zona dos bares e efectivamente pôde comprovar que o som emitido pelo bar 'O Gasómetro' era perfeitamente audível na envolvência. Sendo que um mês depois da deliberação camarária o problema persistia.

Assim sendo, e após leitura das medidas coercivas que a Câmara tem ao seu dispor para abreviar o problema constantes no parecer jurídico, a Presidente pediu a cada bancada que interviesse no sentido de aconselhar e encaminhar a decisão que será posteriormente tomada em Reunião de Câmara.

Em nome da bancada da CDU, o membro José Miguel Carvalho interveio dizendo que considerava correcta a actuação da Câmara até ao momento, que sempre tentou promover o diálogo entre as partes intervenientes neste caso. Em relação ao que a Presidente pediu, pensa que se teria de pensar mais pormenorizadamente sobre as várias hipóteses de actuação da Câmara constantes no parecer jurídico e não seria nesta Assembleia o local mais indicado para tal tomada de posição. Entende que o Executivo Camarário terá de tomar uma posição e isso terá de ser decidido em sede própria.

A intervenção do membro João de Brito foi no sentido do que disse o membro José Miguel Carvalho, considera acertada a conduta da Câmara neste assunto e, com os poucos conhecimentos jurídicos que tem, não pode emitir opinião sobre o parecer, tanto mais quando este acabou de ser apresentado.

O membro Fernando Ramalho, em nome da Bancada do PS, declarou confiar inteiramente na ponderação dos vários interesses em causa por parte da Câmara, no sentido de encontrar a melhor solução para o problema. Não quis deixar passar, no entanto, a ocasião para manifestar a sua surpresa pela posição do membro João de Brito. Justificou essa admiração no tom efusivo com o referido membro trouxe o assunto à última Assembleia, que não podia fazer esperar uma posição tão pacifista. Perante o leque de sanções que o parecer jurídico cita, o membro pensou que o membro João de Brito tomasse posição por alguma dessas medidas, de maneira a acabar drasticamente com o problema.

Pediu a palavra o membro João de Brito que começou por recordar que uma das suas funções nesta casa era trazer à discussão os problemas que lhe sejam apresentados pelos alpiarcenses e isso foi o que aconteceu. E como o membro partilha o que os moradores estão a passar e como não gostaria de viver naquelas condições cumpriu aquilo que era a sua obrigação, apresentando o que lhe foi transmitido, as suas ideias e as suas opiniões. Em relação à intervenção do membro Fernando Ramalho, lembrou que não tem formação jurídica e que portanto não podia emitir opiniões desse

teor, ao contrário do membro Fernando Ramalho que é formado em Direito e poderá ajudar a Presidente aconselhando-a na atitude a adoptar.

Antes de voltar a dar a palavra à Presidente da Câmara, a Presidente da Mesa pediu para os membros das três bancadas definirem a sua posição em relação ao assunto em discussão, já que considera que o mesmo não ficou claro. Entende que a questão envolve diversos interesses e que, tendo o assunto sido tão discutido e ponderado, os membros devem fundamentar uma opinião. A Presidente está consciente de que qualquer que seja a decisão tomada, esta vai desagradar a alguém, mas isso não é motivo para os membros se esquivarem a emitirem a sua opinião pessoal.

Não havendo intervenções relevantes, a Presidente deu a palavra à Presidente da Câmara para continuar a responder às questões que lhe foram colocadas.

Em relação ao tema introduzido pelo membro João de Brito sobre a intervenção da ASAE na escola, a Presidente comentou que não foi esta a primeira visita da ASAE a Alpiarça, tendo a Autarquia recebido a sua visita por várias vezes na Feira do Vinho e na Alpiagra, fruto de denúncias anónimas. Disse corroborar pois com o sentimento dramático de quem vê o seu trabalho ser denegrido por pessoas que não dão a cara. Respondendo à pergunta que lhe foi dirigida sobre quando tomou conhecimento da referida visita, a Presidente informou a Assembleia que teve conhecimento do caso na sexta-feira à tarde, antes de ir para a Reunião de Câmara, quando um órgão de comunicação social a contactou dizendo que tinha recebido uma denúncia anónima que garantia que tinha sido a Presidente a chamar a ASAE. Denúncia que a Presidente lamenta e repudia. E lamenta ainda mais que esse boato tenha sido alimentado durante a festa.

Acrescentou que a Autarquia disponibilizou todos os meios solicitados para a realização da festa, tal como sucede desde a primeira edição do arraial, há oito anos, e antes nas festas que existiam com outro nome, nomeadamente cadeiras, mesas, iluminação, electricistas, motoristas, etc. Em relação ao modo de actuação da ASAE, a Presidente disse discordar com o mesmo, tal como ele foi executado na Escola ou nas feiras ou noutros pontos do país.

A Presidente declarou ter conhecimento da venda de bebidas alcoólicas no arraial a serem consumidas pelos pais, e que em oito anos nunca teve conhecimento de nenhum caso de ingestão de bebidas alcoólicas por crianças.

Em relação ao Voto de Louvor dirigido ao Clube Desportivo "Os Águias" a propósito da organização do Sarau de Ginástica, a Presidente lembrou que, para além dos Grupos de Ginástica existentes, estavam presentes os pequenos que representam o Jardim de Infância das Faias que, no contexto do Prolongamento de Horários, puderam apresentar o trabalho que tem sido desenvolvido. Acontecendo pela primeira vez, a Presidente não quis deixar de complementar o Voto de Louvor com este pormenor, ao mesmo tempo que aproveitou para felicitar o Vereador do Desporto, Luís Garrotes, pelo seu envolvimento no evento.

No que toca à questão levantada pelo membro Celestino Brasileiro relativamente à Escola do Frade de Cima, a Presidente recordou que o membro Celestino a acompanhou durante algum tempo na luta por esta causa, tendo-se ambos deslocado por várias vezes à Escola para tentar mobilizar e unir os pais em torno do problema. Disse ser sua intenção estender até ao limite a autorização extraordinária em vigor e portanto continuará a envidar esforços para que tal seja possível. Informou que a obra do Centro Escolar iniciar-se-á em breve, estando previsto para a semana seguinte a assinatura do contrato de execução da obra; mas em todo o caso supõe que não será possível iniciar as mudanças de uma escola para a outra em pleno ano lectivo, pelo que pensa que a autorização extraordinária deverá continuar a ser concedida.

Quanto à Vala de Alpiarça, a Presidente afirmou partilhar da preocupação do membro Celestino Brasileiro. Adiantou que se está a proceder aos trabalhos de limpeza do leito da Vala, mas estes mesmos podem não estar a produzir os efeitos desejados, pelo que a Presidente pondera se deverá proceder a uma limpeza de fundo. Sobre esta matéria, a Autarquia precisa da opinião dos técnicos especializados e é isso que se está a fazer. Não obstante as últimas análises não mostrarem resultados anómalos, a Presidente reconhece que a água não está nas melhores condições, recordando que quando no dia 3 de Junho se apercebeu do cheiro nauseabundo das águas, emitiu imediatamente um fax para a SEPNA, entidade que tem autoridade para ajudar a Câmara a procurar a origem deste problema, para a GNR de Almeirim e para a ARH-Tejo. A Presidente

leu o documento que, segundo revelou, traduz o apelo e o desespero em que se encontra para conseguir resolver este problema, atacando-o na origem. Até agora não obteve resposta quer da ARH-Tejo, quer da SEPNA. Ainda relativamente ao mesmo assunto, anunciou que no dia seguinte a esta Assembleia teria uma reunião com um representante das Águas do Ribatejo, já que existem também infra-estruturas que urge fazer.

No que toca ao equipamento desportivo implantado no Casalinho, trata-se de um mini-campo que resulta de uma candidatura que a Câmara fez e que foi aprovada numa parceria entre a Secretaria-Geral do Desporto e a Federação Portuguesa de Futebol. O investimento por parte da Câmara saldou-se na base de colocação do mini-campo. A Presidente reportou-se às sugestões da CDU que, apesar de sempre bem-vindas, obliteram a existência de um antigo projecto para aquele espaço e que se traduz não só numa agenda desportiva mas também de carácter lúdico. A Presidente assegurou que, evidentemente, todos os presentes gostariam de fazer tudo ao mesmo tempo mas, não sendo isso não é exequível, há que estabelecer algumas prioridades. Quando surgiu a oportunidade de conseguir este financiamento a Câmara fez o que lhe competia que era candidatar-se. Mas como prova de que a Presidente concorda com o que o membro Celestino disse sobre a dinamização do espaço, informou a Assembleia das duas reuniões com duas associações do Casalinho no sentido de ambas as entidades assinarem um protocolo com a Câmara que preveja a dinamização do espaço.

Passou seguidamente ao assunto da transferência de competências na área da educação. No domínio dos recursos humanos essa transferência já foi completamente concretizada em Janeiro deste ano, tendo o contrato de execução sido assinado antes com a Ministra da Educação. A Presidente adiantou ainda que existe uma parte da intervenção desta transferência de competências que ainda não está devidamente concretizada e que tal não depende da autarquia. Nessa medida, manifestou-se contra algumas medidas tomadas pelo Ministério, assegurando que fará o que for preciso para defender a comunidade escolar do Concelho. E por isso mesmo não permite que os edifícios da Escola sejam transferidos para a Câmara no estado de conservação em que se encontram, encontrando-se neste momento a aguardar resposta do Ministério relativamente às exigências que lhe dirigiu.

Relativamente à transferência de competências na área dos recursos humanos, a Presidente assegurou que precisamente para que não existam “zonas cinzentas e pouco esclarecidas” a Câmara assinou um memorando com duas entidades: o Ministério da Educação e o Agrupamento de Escolas José Relvas. No que toca à gestão dos recursos humanos, foi por todos aceite que “cabe ao Município de Alpiarça a afectação e colocação do pessoal não docente em cada agrupamento de ensino que integra o Agrupamento Escolar e bem assim a definição dos procedimentos adequados à gestão global de todos os recursos humanos” [citado do memorando].

Sobre a questão levantada pela membro Inês D’Aguiar, a Presidente declarou não ter mais nada a acrescentar. Também se recorda de que o Vereador Ferreirinha se tinha encarregado de fazer chegar à membro o requerido esclarecimento, pelo que após tal asserção não teve mais contacto com o assunto. A Presidente desconhecia que o esclarecimento não tinha sido entregue e comprometeu-se em fazer chegar ao Vereador essa mesma informação.

Para terminar a Presidente reiterou que é para a Autarquia motivo de regozijo assistir a iniciativas que envolvam a comunidade educativa do nosso Concelho e, não obstante situações como esta que são absolutamente lamentáveis, a Autarquia dará sempre todo o apoio para que iniciativas como o arraial escolar se repitam.

Posto o que a Presidente da Mesa passou à discussão e votação dos dois Votos de Louvor anteriormente apresentados.

O membro Sá Pereira propôs a inclusão da Executivo Municipal neste voto de louvor.

A membro Inês D’Aguiar declarou que o Voto ficava exactamente como estava. Acrescentando um pedido de esclarecimento relativamente à participação da Câmara no Sarau.

O membro Fernando Ramalho reiterou o pedido da membro Inês D’Aguiar.

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Câmara que disse que não era sua intenção que se deduzisse da sua intervenção que estaria a apelar para a inclusão da Câmara Municipal do Voto de Louvor. O que pretendia dizer era que a Câmara Municipal esteve na organização deste Sarau de Ginástica, já que o divulgou,

teve os seus funcionários presentes, inclusivamente o Vereador do Desporto andou a trabalhar neste Sarau durante semanas, também uma funcionária do Gabinete de Desporto, a Luísa Gargalo, esteve envolvida nesta iniciativa desde o primeiro momento, etc. Basta aliás olhar para o cartaz e ver quem está na organização deste Sarau. Acrescentou que as pessoas que lá estiveram farão o seu juízo e não fazia questão de que se enquadrasse a Câmara no Voto de Louvor.

Interveio seguidamente o membro José Miguel Carvalho, lembrando que obviamente a Câmara dá o seu apoio desde o início a praticamente todas as actividades das diferentes colectividades alpiarçenses. E nessa medida a Câmara pode ser incluída nos textos de louvor, mas propõe que se faça a votação, já que não há necessidade de prolongar tanto a discussão por questões de tão pequena importância.

O membro Fernando Ramalho propôs que se suspendesse a votação do Voto de Louvor para depois do intervalo que a Presidente da Mesa pretende fazer na sessão, dado não só o adiantado da hora, mas a ponderação que a Bancada do PS pretende fazer sobre os mesmos.

A Presidente da Mesa decidiu conceder 2 minutos à Bancada do PS antes da votação do documento.

Posto o que o Voto de Louvor para a organização do Sarau de Ginástica foi votado e **aprovado** com 10 votos a favor, 1 voto contra e 5 abstenções.

O membro Fernando Ramalho fez uma declaração de voto que a seguir se transcreve: "Abstive-me nesta votação porque, dados os esclarecimentos que foram prestados a instâncias da Bancada da CDU e os esclarecimentos que foram prestados pela Senhora Presidente da Câmara, e tendo em atenção o conteúdo divulgado à população, penso que mal não viria ao mundo se se tivesse dado o louvor a quem a ele tem direito e o merece. Há uma entidade que é intencionalmente excluída; deu para perceber pelos apartes e pelo conteúdo das intervenções que houve uma deliberação pensada, assumida, ponderada, pela bancada proponente de excluir uma das entidades que se empenhou no evento. Não sei o que Alpiarça ganha com isto. Não sei que ambiente se pretende criar. E portanto penso que ao excluir-se uma das entidades que participou no evento, e quando isso foi ponderado, eu não poderia estar a fazer dessa

decisão. Mas como não queria tirar o mérito das pessoas referidas, com muita pena, tive de me abster por uma questão de consciência.”

O membro Francisco Sá Pereira fez uma declaração de voto: “As palavras já me foram retiradas pelo colega de bancada. Eu não sou contra, antes pelo contrário, mas não recebo lições de moral de ninguém. Quero que as pessoas se lembrem que eu estive muitos anos com estas coisas e sempre, noutros mandatos da CDU, era sempre incluído o Executivo. Não sei por que razão é que não alteraram a redacção do texto, tendo em conta que o trabalho de Executivo de 60%, para não dizer mais.”

Também a Presidente da Mesa fez a sua declaração de voto: “Eu votei favoravelmente este Voto de Louvor porque acho que é de facto de louvar todos os que estiveram envolvidos, aqueles que estão aqui e aqueles que foram esquecidos. E portanto, desse ponto de vista, como nas actividades culturais e em todas as outras eu corroboro o que a Presidente disse, de que a Câmara está sempre na primeira linha, é para todos os que participaram, não só os que estão nomeados, mas os que aqui não estão.”

Passou-se em seguida à discussão e votação do Voto de Louvor à forma como a escola levou a efeito o Arraial.

Intervenção do membro Fernando Ramalho, que afirmou concordar plenamente com este Voto de Louvor, sugerindo apenas aos proponentes se estariam na disposição de incluir os trabalhadores do município, já que já percebeu que a inclusão do Executivo não é bem-vinda.

Interveio o membro José Miguel Carvalho, que reiterou o que disse há pouco sobre a óbvia participação da Câmara nas actividades organizadas pelas associações alpiarçenses. No entanto considera que a moção está clara e está ali para ser votada, devendo-se por consequência proceder à votação da mesma.

A Presidente da Mesa esclareceu que no Voto de Louvor está explícito que também é dirigido para o pessoal não docente, e o pessoal não docente está todo ao serviço da Câmara.

O Voto de Louvor foi **aprovado** com 12 votos a favor e 4 abstenções.

A Presidente da Mesa fez uma declaração de voto: “À semelhança do que fiz anteriormente, e porque como é óbvio que

está aqui subjacente que estas coisas não se fazem sem ser em parcerias, e estando ou não estando aqui referenciado o Município, o Município quando lhe é pedido dá sempre o seu apoio, o mesmo se passa quando é solicitada alguma coisa à Junta de Freguesia. É quase que óbvio e obrigatório que os executivos, seja o municipal, seja o da freguesia, estão por trás de todas estas actividades que decorrem no município. E por essa razão eu votei a favor.”

Declaração de voto do membro Fernando Ramalho: “Eu absteve-me mais uma vez, embora concordando inteiramente com as palavras da Sr.^a Presidente. Eu não podia era estar a favor de uma intenção deliberada de excluir pessoas e entidades que participaram nesses eventos. Porque eu acho que ao votar a favor estava a ser conivente com essa intenção. Porque nós percebemos perfeitamente que houve uma intenção na redacção desses votos de louvor. Pelos mesmos motivos da declaração de voto anterior, absteve-me desta votação.”

Declaração de voto do membro Francisco Sá Pereira: “Há bocado votei contra e agora absteve-me. Eu concordo perfeitamente e até sou a favor que se elogiem as pessoas que trabalham. Mas também queria lembrar uma coisa a todos que é o seguinte: os trabalhadores não estão lá de borla, estão lá a ser pagos por um patrão. Às vezes faz-me confusão quando um trabalhador da Câmara, aos 10 anos, 20, 30, recebe uma medalha. Porque o patrão paga.”

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pela Senhora Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei n.º 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Não havendo intervenção, passou-se ao ponto seguinte.

Ponto 2 – Apreciação e votação do Relatório de Gestão de 2008 – rectificado.

A Presidente da Mesa deu a palavra à Presidente da Câmara dizendo que o Relatório de Gestão é um documento interpretativo das contas e que, portanto, o que os membros da Assembleia Municipal têm em posse é a apreciação que o executivo fez das contas. Acrescentou que procurou resumir aquilo em que se traduz essa apreciação na introdução do documento, e que esta revela alguns princípios que a Presidente partilhou com a Assembleia. São eles os da ponderação e maturidade na gestão, uma vez que há que decidir e, em face de determinadas realidades sociais e financeiras, é imperativo elencar prioridades. A título de exemplo deste princípio de conduta, pode-se ver, na pág. 10 do documento, na análise evolutiva de receitas e despesas, que a redução das receitas de capital não implicou a proporcional redução no investimento, como se pode ver na página seguinte. Quer com isto dizer que uma vez mais o município privilegiou o investimento, a dotação ao nosso Concelho das infra-estruturas que merece.

O segundo princípio estruturante que deve ser salientado é o rigor na gestão de recursos. No que respeita às despesas com pessoal, pode-se verificar que de 2007 para 2008 há uma ligeira subida no que respeita a estas despesas, sendo que desse aumento de 2,79%, 2,1% referem-se exclusivamente a ajuste salarial. De salientar que em 1997 as despesas com pessoal tinham um peso percentual de 40,5%, em 2008 esse peso é de 39%. A Presidente salienta estes números porque considera que as exigências relativamente às autarquias aumentaram nestes 11 anos, as competências das autarquias são hoje muito maiores e complexas. E nessa medida os meios passaram a ter de ser dotados de qualificação para fazerem face às necessidades dos municípios.

Por último, a Presidente falou de rigor, transparência e investimento. Apontou como exemplo desta conduta no gráfico da pág. 13 onde se pode verificar que existe uma evolução do investimento anual, existindo em 2008 um valor acumulado de investimento numa proporção de valor/habitante de 363, quando em 1997 era de 117. Significa isto que o investimento por cada munícipe triplicou.

Interveio a membro Inês D'Aguiar que não quis deixar passar em branco que este ponto tinha estado na ordem de trabalhos da anterior Assembleia Municipal e que, a pedido da Presidente da Câmara, foi retirado devido a alegados erros. A membro citou a acta dessa Assembleia, pág. 20, onde diz que "a Presidente da Câmara

comunicou à Presidente da Assembleia que no seguinte a esta sessão faria chegar a todos os membros a disposição legislativa que suporta esta votação e a sua autonomia". Mais uma vez, os membros não receberam nada por parte do Executivo.

Este ponto foi **aprovado** por maioria com 10 votos a favor e 6 votos contra.

Ponto 3 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento para o ano 2009 – Revisão n.º1.

Não havendo intervenções, o ponto foi posto a votação, tendo sido **aprovado** por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

Ponto 4 – Apreciação e votação da Modificação às GOP'S para o ano de 2009 – Revisão n.º1.

Não havendo intervenções, o ponto foi posto a votação, tendo sido **aprovado** por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

Ponto 5 – Eleição do representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do PDM de Alpiarça.

A Presidente da Assembleia informou que se realizou já uma reunião desta Comissão no passado dia 19 sem que a Assembleia se tivesse feito representar. Recordou que existem dois nomes em cima da mesa para serem votados, o da própria Presidente e o do membro João Osório. A Presidente recordou ainda os termos do parecer da CCDR que refere, no caso de empate, uma votação nominal.

Procedeu-se à votação por voto secreto.

O membro José Miguel Carvalho fez uma declaração de voto: "Nos votos deveria estar o nome das pessoas e não PS e CDU, é: João Osório e Vera Noronha. É isso que está em votação e é isso que está na ordem de trabalhos."

O resultado da votação foi:

PS. 8 votos;

CDU. 6 votos;

Votos em branco. 2.

Foi assim eleita como representante da Assembleia Municipal para a Comissão de Acompanhamento do PDM de Alpiarça a Presidente da Mesa, Vera Noronha.

Ponto 6 – Aprovação, decorrido o prazo de apreciação pública, da alteração ao artigo 29º da Tabela de Taxas e outras receitas do Município de Alpiarça para o ano de 2009.

Não havendo intervenções, o ponto foi posto a votação, tendo sido **aprovado** por unanimidade.

Ponto 7 - Aprovação, decorrido o prazo de apreciação pública, da alteração da Tabela de Taxas e outras receitas do Município para o ano de 2009, nos art.º 36º, 37º e 38º, referentes à Nave Desportiva, Estádio Municipal e Zona Desportiva dos Patudos.

Não havendo intervenções, o ponto foi posto a votação, tendo sido **aprovado** por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

Ponto 8 - Aprovação, decorrido o prazo de apreciação pública, da alteração da Proposta de criação do cartão “Livre Trânsito Desportivo” para Municípios de Alpiarça.

Intervenção da membro Inês D’Aguiar que propôs a alteração da redacção deste ponto, já que não se trata de uma alteração da Proposta, uma vez que a proposta não foi alterada.

Aceite esta alteração, o ponto foi posto a votação, tendo sido **aprovado** por maioria com 10 votos a favor e 6 abstenções.

Ponto 9 - Aprovação, decorrido o prazo de apreciação pública, da alteração da Proposta de Regulamento e tabela de taxas da Biblioteca Municipal de Alpiarça.

Intervenção da membro Inês D’Aguiar lembrou que este ponto já tinha vindo a Assembleia, na sessão de 27 de Fevereiro, tendo-se constatado que não estava referido o preço de utilização do auditório. Na altura a Presidente da Câmara propôs uma alteração à tabela de taxas de para suprir esta falha, tendo-se pronunciado igualmente sobre as dúvidas que a sua alteração suscitaria relativamente à legalidade da mesma, pelo que o ponto seria retirado da ordem de trabalhos para voltar a ser discutido em Reunião de Câmara. A membro pretende saber que conclusões se retiraram dessa discussão.

A Presidente da Câmara declarou não ter presente se o assunto tinha sido levado a Reunião de Câmara, bem assim como o Vereador Mário Pereira, pelo que se decidiu votar o regulamento sem a tabela de taxas, que será discutida e aprovada em Reunião de Câmara antes de aprovada posteriormente em Assembleia Municipal.

A Presidente da Mesa propôs assim a alteração a redacção do ponto para: **Aprovação, decorrido o prazo de apreciação pública, da alteração da Proposta de Regulamento da Biblioteca Municipal de Alpiarça.** Assim sendo a Autarquia não poderá cobrar a tabela de taxas até aprovação da mesma em Assembleia.

O Regulamento foi posto a votação, tendo sido **aprovado** por unanimidade.

Período do Público

Intervenção da munícipe Paula Matias em representação da Comissão de Utentes do Centro de Saúde de Alpiarça, que informou a Assembleia das iniciativas levadas a cabo por esta Comissão nos últimos tempos. Além da vigília e da deslocação à Assembleia da República, têm recebido respostas de todos os grupos parlamentares da referida Assembleia, com excepção do PS, que se mostraram solidários com a causa que a Comissão defende. Manifestou ainda a resolução de continuar a luta pela contratação de mais médicos para o Centro de Saúde de Alpiarça e pela melhoria do serviço prestado à população nesse Centro.

Passou-se à leitura da minuta da acta que foi **aprovada por unanimidade.**

Nada mais havendo a tratar, foi pela Senhora Presidente da mesa encerrada a Sessão da qual se redigiu esta Acta, que vai ser assinada pelos membros da mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____